SEÇÃO PRINCIPAL
ARTIGOS EXPOSITIVOS DA BIBLIOGRAFIA DE KARL MARX DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA CAPITALISTA



FOLHETO Nº 04 — PARTE 2

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX)

1. Transição do valor ao dinheiro (continuação)

1.2. Gênese e essência do dinheiro (continuação)

1.2.2. A natureza autônoma do dinheiro (continuação)

Poder social do dinheiro

SUMÁRIO

FOLHETO Nº 01 (25.10.2024)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
Nota do Editor
Material complementar
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 02 (14.03.2025)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX)
1. Transição do valor ao dinheiro
Considerações Preliminares
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 03 (05.09.2025)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
1. Transição do valor ao dinheiro (continuação)
1.1. Karl Marx e a crítica à teoria do dinheiro-trabalho (continuação)
1.1.1. Crítica a Alfred Darimon: *De la réforme des banques* (1856)
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 04 — PARTE 1 (17.04.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
1. Transição do valor ao dinheiro (continuação)
1.2. Gênese e essência do dinheiro
1.2.1. A origem lógico-histórica do dinheiro
1.2.2. A natureza autônoma do dinheiro
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 04 — PARTE 2 (30.10.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
1. Transição do valor ao dinheiro (continuação) 4
1.2. Gênese e essência do dinheiro (continuação) 6
1.2.2. A natureza autônoma do dinheiro (continuação) 6
Poder social do dinheiro 6
Conclusão 28
Referências bibliográficas 30

FOLHETO Nº 05 (Previsão: 30.11.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA MONETÁRIA DE MARX) (continuação)
1. Transição do valor ao dinheiro (continuação)
1.3. Os metais preciosos como portadores da relação de dinheiro
1.4. O curso do dinheiro
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 06 (Previsão: 31.12.2026)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: PRIMEIRA SEÇÃO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL
1. Capítulo do dinheiro como capital
Considerações Preliminares
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 07 (Previsão: 28.02.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: PRIMEIRA SEÇÃO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL (continuação)
1. Capítulo do dinheiro como capital (continuação)
1.1. Transformação de dinheiro em capital
1.2. Troca entre capital e trabalho
1.3. Processo de trabalho e processo de valorização
1.4. Mais-valor (mais-valia) absoluto e relativo
1.5. Mais-valor (mais-valia) e lucro
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 08 (Previsão: 31.03.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: SEGUNDA SEÇÃO: O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL
1. Capítulo do dinheiro como capital (continuação)
1.6. Processo de reprodução e acumulação do capital
1.7. Formações econômicas que precederam a produção capitalista
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 09 (Previsão: 30.04.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: SEGUNDA SEÇÃO: O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL (continuação)
1. Capítulo do dinheiro como capital (continuação)
1.8. O circuito do capital
1.9. Teorias sobre mais valor e lucro: tempo de circulação e a rotação do capital
1.10. Capital fixo e capital circulante
1.11. Circulação e reprodução do capital fixo e do capital circulante
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 10 (Previsão: 31.05.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPÍTULO DO CAPITAL: TERCEIRA SEÇÃO: O CAPITAL QUE GERA FRUTOS: JURO. LUCRO
1. Capítulo do dinheiro como capital (continuação)
1.12. Custos de produção etc.
1.13. Complementos aos capítulos do dinheiro e do capital: O dinheiro como medida dos valores. Dinheiro como meio de circulação e como valor autônomo. Maquinaria e lucro. Estranhamento. Miscelânea. Valor. Maquinas de pesar ouro.
Conclusão
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 11 (Previsão: 30.06.2027)
GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS [ESBOÇOS] PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
Apêndice: O que os *Grundrisse* oferecem para a superação do capitalismo
Referências bibliográficas

FOLHETO Nº 04[1]
PARTE 2
(30.10.2026)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (continuação)
(*A primeira formulação da teoria monetária de Marx*)

1. Transição do valor ao dinheiro (continuação)

Por meio do Artigo Expositivo III, apresentado em fascículos mensais, a Expedição Karl Marx vem explorando os manuscritos *Grundrisse*. *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, redigidos pelo filósofo e teórico alemão-prussiano de Trier, Karl Heinrich Marx, entre 1857 e 1858, durante seu exílio na Inglaterra.

Segundo o filósofo argentino Enrique Dussel, o percurso investigativo dos manuscritos conduz à descoberta "teórica radical" e "essencial" de toda a vida e trajetória intelectual de Marx: a "*mais-valia* que o capitalista obtém ao fim do processo de produção […]", conforme Dussel transcreve dos próprios *Grundrisse*[2] — categoria que explica a apropriação capitalista do trabalho excedente e, em termos gerais, a exploração capitalista, recebendo formulação teórica madura e sistemática em *O capital: crítica da economia política*.

Os escritos de 1857/1858 constituem um primeiro e decisivo conjunto de esboços críticos do modo de produção capitalista elaborado pelo teórico de Trier, razão pela qual são conhecidos como o seu "laboratório econômico".[3]

Os *Grundrisse* reúnem, além de textos avulsos, uma *Introdução*, abordada em nosso Artigo Expositivo II, e um núcleo dedicado à investigação dos elementos fundamentais para a crítica da economia política, objeto deste Artigo Expositivo III.

1 Nota explicativa: este texto foi submetido, de forma crítica e subsidiária, a uma ferramenta de inteligência artificial, utilizada para testar ideias, organizar sua estrutura e realizar revisões gramatical e redacional. Referência: OpenAI. *ChatGPT*.

2 DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2012, p. 15 (Palavras Preliminares).

3 ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora, 2001, orelha do livro.

Esse núcleo abarca dois capítulos: o "Capítulo do dinheiro" e o "Capítulo do capital" — no primeiro, o foco recai sobre a transição do valor ao dinheiro; no segundo, sobre a passagem do dinheiro a capital.[4]

O presente Folheto nº 04 foi dividido em duas partes. Na Parte 1, publicada em texto anterior, acompanhamos a sequência adotada no "Capítulo do dinheiro", abordando, desta feita, o item intitulado "Gênese e essência do dinheiro". Esse item desenvolve questões teóricas suscitadas na primeira segmentação do capítulo, no contexto do debate travado com o proudhonista Alfred Louis Darimon e sua proposição — conforme indicado na nota de rodapé antecedente — de resolver, por meio de reformas monetárias, as contradições do capitalismo que dão origem às crises econômicas e financeiras periódicas que afligiam as principais economias da Europa e de parte do mundo.

Vimos na Parte 1 que Karl Marx recua analiticamente aos que considera fundamentos do dinheiro — a mercadoria e o valor — para apurar tanto sua gênese quanto sua essência. Primeiramente, examina como o desenvolvimento da forma-valor das mercadorias e suas determinações fundamentais (o trabalho social abstrato como substância do valor; a manifestação do valor no intercâmbio de mercadorias como valor de troca; e sua expressão na forma de equivalente geral) conduzem à necessidade do dinheiro. Dessa apuração, conclui que a gênese da forma monetária da mercadoria deve ser desvendada na própria estrutura interna da relação mercantil desenvolvida, o que, aliás, permite caracterizar essa origem como lógico-histórica, em oposição às concepções que atribuíam o surgimento do dinheiro a uma exigência técnico-instrumental ou a uma convenção, como faziam os proudhonistas.

Em seguida, o autor passa à essência do dinheiro, demonstrando que o valor da mercadoria, manifestado no valor de troca, precisa adquirir uma forma monetária que lhe confere existência autônoma em relação à forma natural da própria mercadoria, condição para o desenvolvimento do intercâmbio mercantil generalizado, característico da sociedade burguesa. Daí afirmar que a natureza do dinheiro consiste em ser a forma pela qual o valor de troca adquire existência social autônoma.

Nesta Parte 2, dando continuidade à análise da natureza autônoma do dinheiro, enfatizamos um de seus principais desdobramentos: o poder social que se objetiva nessa forma monetária autonomizada do valor.

4 O Artigo Expositivo III se ocupa do que chamamos de *Grundrisse* propriamente ditos, denominação aqui adotada para o conjunto dos sete cadernos, numerados de I a VII, que contêm os elementos fundamentais da crítica da economia política. Essa denominação permite distingui-los dos demais cadernos e textos avulsos reunidos na obra. Na divisão editorial do artigo em folhetos, o Folheto nº 01 — *Nota do Editor* — apresenta a trajetória bibliográfica de Marx até *O capital*, os elementos estruturantes de sua investigação crítico-teórica do capitalismo e as linhas gerais dos *Grundrisse*, incluindo seu processo de elaboração e publicação. O Folheto nº 02 — *Considerações Preliminares* — apresenta brevemente a seção "Transição do valor ao dinheiro", do "Capítulo do dinheiro". O Folheto nº 03, abrindo esse capítulo, esmiúça a crítica marxiana às propostas de reforma do capitalismo por meio de mudanças no dinheiro e nos sistemas bancário e creditício, defendidas pelo deputado francês Alfred Louis Darimon no livro *De la réforme des banques* (1856), cujas propostas se inspiravam no pensamento do socialista "utópico" Pierre-Joseph Proudhon, de quem o deputado francês era discípulo. O conteúdo dos fascículos publicados pode ser acessado pelos links no Sumário.

1.2. Gênese e essência do dinheiro (continuação)

1.2.2. A natureza autônoma do dinheiro (continuação)

Poder social do dinheiro

A investigação marxiana da existência do valor das mercadorias sob uma forma monetária autônoma evidencia que essa autonomização expressa e reproduz contradições inerentes às relações sociais fundadas no valor de troca: o dinheiro como um fim em si mesmo e a produção orientada à troca pela troca. Dada essa condição, o dinheiro pôde se tornar objeto de negócio, e não apenas um meio de troca, e o comércio pôde se separar do consumo — assim, o próprio dinheiro, enquanto forma monetária autonomizada do valor, manifesta e perpetua essas tensões.[5] Tudo isso permite que, no desenvolvimento das relações capitalistas, o processo de compra e venda passe progressivamente a se subordinar à valorização do valor, em vez de se orientar direta e predominantemente para a satisfação das necessidades sociais. Embora decorram das relações sociais que tornam possível o intercâmbio mercantil generalizado da ordem social burguesa, essas contradições são capazes de dificultar ou até impedir, em dadas circunstâncias, a própria realização (venda, por exemplo) das mercadorias, o que, entre outros fatores, contribui para a ocorrência de momentos críticos, como as crises de superprodução — tema que será tratado em outro momento do Artigo Expositivo III.

No desenvolvimento das novas relações sociais de produção fundadas no valor de troca, igualmente merece destaque a necessidade lógica de equiparação social de trabalhos privados, realizados em formas concretas específicas (o trabalho do padeiro, do pedreiro etc.), sob a forma de trabalho humano abstrato. Essa equiparação não resulta de uma decisão consciente dos produtores, mas se efetiva socialmente por uma exigência da troca ampliada entre os produtores privados, no contexto da divisão social do trabalho, em que os produtos de seus trabalhos assumem a forma de mercadorias, ou seja, são destinados predominantemente ao mercado.

Sob tais contradições e determinações, as relações sociais de produção típicas de uma economia fundada no valor de troca se objetivam nos produtos,

5 A propósito, Marx faz referências a publicações de dois jornais britânicos, o *Economist* e o *Morning Star.* A matéria do primeiro jornal trata da ampliação da liberdade bancária como meio de neutralizar as vantagens e desvantagens decorrentes das oscilações do mercado monetário. Já a matéria do segundo noticia que a pressão monetária e a elevada taxa de desconto dos títulos de crédito favoreceram os lucros do Banco da França, cujos dividendos continuaram aumentando (MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro-RJ: Boitempo Editorial, 2011, pp. 100-101).

que passam a assumir a forma de mercadorias, e estabelecem uma conexão social muito distinta daquela que prepondera nas sociedades antigas e feudais. Na forma social capitalista, a conexão entre produtores privados aparece, assim, como uma **relação entre coisas**, que exercem poder sobre os indivíduos, sujeitando-os ao que Mário Duayer, com base nas ideias do teórico crítico canadense Moishe Postone, qualifica de "**dominação abstrata**", conforme discutido em9 nosso texto anterior. Trata-se de uma forma de poder distinta das relações de dominação e subordinação pessoal prevalecentes nas sociedades pretéritas, pois tem por fundamento um **poder social que se objetiva e se expressa no dinheiro**.

I

De acordo com a sequência dos *Grundrisse*, antes de aprofundar propriamente a análise do poder social do dinheiro, Karl Marx retoma a proposta de Alfred Darimon, discutida na abertura do "Capítulo do dinheiro", ocupando-se da ideia do dinheiro-trabalho (bônus-hora ou bônus-horários) como substituto do dinheiro metálico (ouro e prata), a fim de criticar a concepção proudhonista de que a transformação da forma monetária permitiria superar todas as dificuldades e contradições associadas ao dinheiro.

Pode parecer um pouco estranho o retorno a Darimon fora da seção a ele dedicada, exatamente no momento em que a análise avança para o aspecto do poder social expresso no dinheiro. A retomada não é por acaso. Decorre das contradições já examinadas e se articula diretamente à questão do poder do dinheiro.

Sob esse ângulo, o teórico alemão-prussiano detecta a insuficiência de uma mera alteração da forma do dinheiro como solução para as contradições do modo de produção capitalista, sem que sejam transformadas estruturalmente as relações sociais de produção que tornam o dinheiro necessário.

Em Marx, seja qual for a forma particular que o dinheiro tome para si, a dependência recíproca dos indivíduos no contexto histórico do intercâmbio mercantil generalizado permanece como fundamento de seu vínculo social, mediado pelo valor de troca. Nesse quadro, o valor das mercadorias precisa assumir uma forma social universal, isto é, uma forma de expressão do valor em um equivalente geral. O dinheiro, seja na forma de bônus-hora, na de ouro etc., constitui a forma social universal do valor que se autonomizou: é a expressão do valor em uma forma monetária autônoma em relação às propriedades naturais das mercadorias cujos valores exprime, contrapondo-se às mercadorias particulares como equivalente geral.

Demonstrada, como visto no Folheto nº 03, a insuficiência da proposta de Alfred Darimon para transformar as relações sociais de produção mediadas pelo valor de troca, uma vez que sua pretensão de superar os problemas advindos do intercâmbio

mercantil se limita à transformação do dinheiro, sem alterar aquelas relações, e evidenciada a permanência da necessidade de uma forma monetária universal e autonomizada do valor para a realização do intercâmbio mercantil generalizado, ainda que sob a forma de bônus-hora, Marx avança a investigação do poder do dinheiro, buscando compreender por que este concentra em si o vínculo social e o poder social dos indivíduos, independentemente do suporte material que assuma.

Se a estrutura social permanece fundada na produção privada e na dependência recíproca dos indivíduos, indiferentes entre si, cuja conexão social é mediada pela troca de valores, eles continuam tendo de se relacionar por meio de uma forma social autonomizada. O poder do dinheiro deriva, precisamente, dessa relação social que nele se expressa e se concentra.

A sociedade que engendra essa forma de conexão é a sociedade burguesa, assentada na livre concorrência e caracterizada pela generalização da troca. Nela, como esclarece o autor dos *Grundrisse*, a "dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção [a exemplo da sociedade antiga e feudal, dizemos nós], bem como a dependência multilateral dos produtores entre si".[6]

É uma nova dependência recíproca que aparece mediada pela troca, pelo mercado, e não mais predominantemente pelas relações pessoais que organizavam a produção: "Essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral". Os economistas, assinala nosso autor, referindo-se explicitamente à formulação de Adam Smith na célebre obra *A riqueza das nações*, apresentam essa relação mútua nos seguintes termos: "cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral".

Embora não questione a frase em si, refuta o que ela representa. Critica a aparência própria da sociedade burguesa contida na assertiva, segundo a qual os indivíduos aparecem como independentes uns dos outros, quando, na realidade, dependem universalmente uns dos outros. Ou seja, a independência privada tem como contrapartida a dependência social. Ademais, invertendo o sentido da fórmula smithiana, com certa ironia, escreve: "Dessa frase abstrata pode ser deduzido, ao contrário, que cada um obstaculiza reciprocamente a afirmação do interesse do outro, e que desta *bellum ommium contra omnes*[7], em lugar de uma afirmação universal, resulta antes uma negação universal". Se cada um busca apenas seu interesse particular, cada um cria obstáculos à realização dos interesses particulares dos demais.[8]

Para Karl Marx, a "moral da história" é outra: "[…] o próprio interesse privado já é interesse socialmente determinado" — **uma determinação social**,

6 Idem, p. 104 (os parágrafos seguintes foram redigidos com base no conteúdo da página em referência).
7 "Guerra de todos contra todos" (tradução livre), em referência ao filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679).
8 Idem, p. 105 (os parágrafos seguintes foram redigidos com base no conteúdo da página em referência).

e não natural — "e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios". Na sequência, afirma: "É o interesse das pessoas privadas; mas seu conteúdo, assim como a forma e os meios de sua efetivação, está dado por condições sociais independentes de todos".

Não se trata de indivíduos originalmente isolados que, ao perseguirem seus interesses, casualmente produzem uma sociedade que os conecta. A forma que o interesse privado assume na sociedade burguesa — a produção privada voltada predominantemente para a troca pela troca —, as condições de realização desse interesse — que dizem respeito à dependência recíproca dos produtores, constituída pela divisão social do trabalho — e, por fim, os meios para realizá-lo — o valor de troca e o dinheiro — são aspectos que integram a própria estrutura social. Todas essas condições e fatores são socialmente configurados pela estrutura das relações de produção em que os indivíduos estão inseridos, ou seja, pela produção privada e pela troca generalizada, orientadas pela valorização do valor, que tem no lucro sua expressão característica. Para Marx, o interesse privado não é natural, mas tampouco deixa de ser privado. O que se coloca é que os interesses individuais não podem ser compreendidos independentemente das relações sociais em que se constituem e das condições materiais de sua realização.

A questão principal não é que interesses privados somados alcancem o interesse geral — até porque esse corolário pode muito bem ser lido em sentido inverso, como o filósofo de Trier o fez —, mas que relações sociais determinadas moldam os próprios interesses privados. Sua realização reproduz, consequentemente, as condições e os meios sociais de que depende.

A conexão social formada pela dependência recíproca e multilateral dos indivíduos, que são mutuamente indiferentes, encontra expressão objetiva no valor de troca. Na sociedade estruturada pelo intercâmbio ampliado, o indivíduo tem de produzir um produto que, além de possuir valor de uso, seja portador de valor de troca, isto é, de uma determinação social universal. O valor de troca, "por si isolado" e autonomizado da mercadoria, é "*dinheiro*", arremata.

De outro lado, o poder que um indivíduo exerce sobre a atividade do outro ou sobre as riquezas sociais existe nele enquanto proprietário de valores de troca, ou seja, de valores autonomizados no dinheiro. No capitalismo, o indivíduo não produz diretamente para atender as necessidades sociais. Assim, seu trabalho, embora participe da produção social, só adquire validade social por meio da troca.

Portanto, a conexão social na sociedade capitalista não resulta necessariamente da convergência dos interesses privados em direção ao interesse geral. Ela se concebe a partir do trabalho privado de indivíduos que se apresentam como independentes no plano pessoal, mas que são socialmente dependentes uns dos outros. O produto desse trabalho assume a forma de valor de troca e encontra no dinheiro sua

forma autonomizada, realizando-se socialmente por meio do mercado.

É nessa forma mercantil que o vínculo social, fundado na produção privada e na troca orientada para a valorização do valor, se objetiva na **sociabilidade burguesa**[9]. Daí a frase marxiana: "**Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso**" (grifo nosso).

II

Nos manuscritos de 1857/1858, na sociedade capitalista, a atividade particular e o produto dessa atividade assumem a forma de valor de troca, isto é, "um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada". Seja qual for o caráter social da atividade produtiva nesse contexto, a forma social do produto e a participação do indivíduo nessa produção contraem agora a forma de uma "troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular […]". Aquilo que constitui o "caráter social da atividade", a "forma social do produto" e a "participação do indivíduo na produção", aparece, então, diante dos próprios indivíduos como "**algo estranho**, **como coisa**" (grifo nosso), e não como sua própria conduta. A relação social assume, assim, a aparência de uma **relação objetiva**, subordinando os indivíduos "a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si".

Há uma transformação histórica radical nas relações sociais. A dependência entre os indivíduos deixa de se apresentar imediatamente como uma relação consciente entre pessoas e passa a se manifestar por meio do valor de troca, do dinheiro, dos preços, da oferta e da demanda, enfim, do mercado. Essa transformação faz com que a conexão social entre as pessoas, sob o primado do valor de troca, seja "transformada em um **comportamento social das coisas**; o poder [*Vermögen*] pessoal, em **poder coisificado**" (grifo nosso).[10]

9 Por *sociabilidade*, em sentido amplo, entende-se o modo pelo qual os indivíduos se relacionam entre si e participam da vida social, ou seja, como se relacionam no processo de produção e reprodução da vida social. Essa categoria envolve dimensões objetivas (relações de produção, propriedade dos meios de produção, instituições políticas, jurídicas etc.) e subjetivas (expectativas recíprocas, valores, hábitos, comportamentos, formas de consciência etc.). No parágrafo, o termo é empregado em seu sentido histórico-social, isto é, como forma historicamente constituída. Na sociedade burguesa, essa sociabilidade é determinada pela produção privada, pela divisão social do trabalho e pela troca generalizada e se caracteriza também pela figura do indivíduo privado, pela orientação para o interesse particular e pela competição etc. Situação bastante distinta de sociabilidade é a que encontramos nas sociedades pré-capitalistas, de maneira geral, em que, conforme se acha nos *Grundrisse*, "o indivíduo, ou o indivíduo natural ou historicamente ampliado na família ou tribo (mais tarde, comunidade), reproduz-se diretamente com base na natureza ou em que sua atividade produtiva e sua participação na produção são dependentes de uma determinada forma de trabalho e do produto, e sua relação com os outros é determinada da mesma forma" (Ibidem, p. 105).

10 Nem mesmo a ampliação quantitativa e qualitativa da comunicação (correios, telégrafos etc.) e da conexão social (mercado mundial, taxas de câmbio, etc.), com os produtores passando a dispor de mais informações sobre os demais, o que lhes permite ajustar a própria atividade em função dessas informações, elimina, por si só, a forma estranhada e coisal da relação social de produção moderna, diz Marx, muito embora

O caráter objetivo, estranhado e coisificado do vínculo social na sociedade burguesa relaciona-se diretamente tanto com o valor de troca e, consequentemente, com o dinheiro, quanto com a divisão do trabalho. Nessa forma social, o valor de troca e a divisão do trabalho condicionam-se mutuamente, observa Marx:[11]

> "Como cada um trabalha para si e seu produto nada é para ele, tem naturalmente de trocar, não só para participar da capacidade de produção universal, mas para transformar seu próprio produto em um meio de vida para si mesmo.[...]. A troca, quando mediada pelo valor de troca e pelo dinheiro, pressupõe certamente a dependência multilateral dos produtores entre si, mas ao mesmo tempo o completo isolamento dos seus interesses privados e uma divisão do trabalho social cuja unidade e mútua complementaridade existem como uma relação natural externa aos indivíduos, independente deles. A pressão da demanda e da oferta universais uma sobre a outra medeia a conexão de [pessoas] reciprocamente indiferentes".

Em uma ordem social como essa, ensina o filósofo alemão-prussiano, a necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos em valor de troca, em dinheiro, e o fato de que somente sob essa forma coisal os indivíduos adquirem e comprovam seu poder social demonstram que eles produzem tão somente "para a sociedade e na sociedade" — no sentido de que dependem dos demais e de que o produto de seu trabalho somente adquire validade social mediante sua inserção

essa condição possa dar lugar a relações e conexões que trazem em si a possibilidade de transição para além dessa forma de relação (Ibidem, p. 109).

Em Karl Marx, o aumento do conhecimento e da capacidade de coordenação da produção não implica, necessariamente, a negação do mercado nem a superação da mediação coisal através do valor de troca. O que isso revela são os diferentes níveis de dependência entre os indivíduos historicamente situados. Nesse sentido, ele afirma: "Quanto menos força social possui o meio de troca, quanto mais está ainda ligado à natureza do produto imediato do trabalho e às necessidades imediatas dos trocadores, maior deve ser a força da comunidade que liga os indivíduos uns aos outros, relação patriarcal, comunidade antiga, feudalismo e sistema corporativo" (Ibidem, pp. 105-106). O filósofo acrescenta: "Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma coisa. Retire da coisa esse poder social e terá de dar tal poder a pessoas sobre pessoas". Nesse ponto, inclusive, os *Grundrisse* apresentam três grandes formas históricas de dependência social que bem ilustram tal gradação. A primeira forma caracteriza-se pelas "Relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais)", na qual o desenvolvimento da produtividade humana permanece limitado e circunscrito a espaços territoriais restritos de organização social. O segundo grande estágio corresponde à "Independência pessoal fundada sobre uma dependência *coisal"*, fase em que se estrutura pela primeira vez um sistema de "metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais". A terceira grande forma de dependência social, por sua vez, consiste na "livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social". O primeiro estágio abrange formas sociais marcadas pela dependência pessoal, como as sociedades antigas e medievais; o segundo diz respeito à sociedade mercantil desenvolvida, isto é, à sociedade burguesa ou capitalista, na qual a independência pessoal se assenta na dependência mediada pelas coisas, sobretudo pelo valor de troca e pelo dinheiro. O terceiro estágio representa a superação dessa dependência coisal e a constituição de uma forma social em que os indivíduos, desenvolvendo universalmente suas capacidades, subordinam a produtividade coletiva ao seu próprio poder social. Na perspectiva marxiana, o segundo estágio cria as condições do terceiro por meio de suas próprias contradições internas. Ao final dessa passagem, Marx relaciona a transição do primeiro para o segundo estágio ao desenvolvimento do comércio, do luxo, do dinheiro e do valor de troca na mesma medida em que se verifica o declínio das condições patriarcais, antigas e feudais, e a emergência da sociedade moderna (Ibidem, p. 106). A concepção da terceira grande forma de sociabilidade remete, ao nosso ver, à forma social superior que Marx vislumbra para além da sociedade burguesa: a sociedade comunista.

11 Ibidem, p. 106.

nas relações de troca que articulam a produção social — e que "sua produção não é *imediatamente* social", pois não resulta de uma associação prévia e conscientemente organizada, na qual os próprios indivíduos repartiriam entre si o trabalho social. Os indivíduos, no caso, estão submetidos "à produção social que existe fora deles como uma fatalidade […]" — ou seja, a produção social não é organizada e controlada por eles como seu "poder comum". Logo, referindo-se criticamente à proposta do bônus-hora e do banco gestor e emissor desses bônus, Marx diz que "não pode haver nada mais falso e insípido do que pressupor, sobre a base do valor de troca, do dinheiro, o controle dos indivíduos reunidos sobre sua produção total, como aconteceu acima com o banco de bônus-horário". Essa referencia remete à proposta examinada no Folheto nº 03, no contexto do projeto proudhonista do chamado Banco do Povo, o qual, como consequência, teria que assumir também o controle da produção.[12]

De acordo com Marx, a "*troca privada* de todos os produtos do trabalho, das atividades e das capacidades está em contradição tanto com uma distribuição fundada na dominação e subordinação (naturais e espontâneas, ou políticas) dos indivíduos entre si [relações pessoais típicas das sociedades pré-capitalistas, dizemos nós], […], como com a troca livre entre indivíduos que são associados sobre a base da apropriação e do controle coletivos dos meios de produção". Trata-se, portanto, de duas formas de organização social distintas, ambas contrapostas à troca privada generalizada de mercadorias: a primeira, fundada na dominação e subordinação dos indivíduos; a segunda, na livre associação dos produtores, na apropriação, na organização e no controle coletivos dos meios de produção, cuja realização pressupõe uma forma de organização coletiva da produção e aponta para uma sociabilidade capaz de superar, na perspectiva marxiana, a ordem socioeconômica capitalista.[13]

Embora se condicionem mutuamente, o valor de troca e a divisão do trabalho engendram, em seu próprio desenvolvimento, formas antitéticas (opostas) que expressam as contradições inerentes às relações que lhes dão origem. Nessa linha, Marx observa:

> "Assim como a divisão do trabalho [paradoxalmente, acrescentamos nós] gera aglomeração, coordenação, cooperação, a antítese dos interesses privados gera interesses de classe, a concorrência gera concentração de capital, monopólios, sociedades anônimas — puras formas antitéticas da unidade que dá origem à própria antítese —, a troca privada gera o comércio mundial, a independência privada gera a total dependência do assim chamado mercado mundial, e os atos de troca fragmentados geram um sistema bancário e de crédito cuja contabilidade ao menos apura os saldos da troca privada".

O que se pode extrair dessa passagem, especificamente? Ela permite compreender que, no capitalismo, desenvolvem-se condições materiais e relações sociais que podem servir de base à sua superação. Permite compreender também, à luz

12 Ibidem, pp. 106-107.
13 Ibidem, p. 107.

da pretensão dos proudhonistas, que essa superação não pode ser concretizada por simples reformas das relações existentes, como aquela que propõe mudanças na forma do dinheiro.

Nesse contexto, o poder social do dinheiro, expressão das relações de troca privada e da divisão do trabalho, manifesta uma forma de organização social na qual a conexão entre os indivíduos assume uma existência autônoma e se impõe a eles como uma força externa. As contradições internas dessa ordem socioeconômica fazem com que o próprio desenvolvimento capitalista produza elementos que podem fundamentar uma sociabilidade para além dele, estabelecida em relações de produção e intercâmbio distintas das que caracterizam a sociedade capitalista.

Marx declara explicitamente que as condições materiais de produção e as correspondentes relações de intercâmbio necessárias a essa nova forma de organização, antagônica à sociedade de classes — portanto, uma "sociedade sem classes" —, encontram-se "veladas" na ordem burguesa tal como ela existe.[14]

Embora os *Grundrisse* não enumerem essas condições materiais e espirituais "veladas", cuja exposição o autor reserva para um momento ulterior, é possível identificar alguns elementos desse desenvolvimento na transcrição em comento. A divisão social do trabalho, ao separar as atividades produtivas, torna os produtores reciprocamente dependentes e gera a necessidade de reunião, coordenação e cooperação entre eles, embora essa unidade social ainda se apresente como algo externo aos indivíduos. A oposição entre os interesses privados, por sua vez, gera interesses de classe contrapostos, que se manifestam, na sociedade capitalista, no confronto entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho (os trabalhadores assalariados). A livre concorrência, ao colocar os capitais em disputa, impulsiona a concentração do capital e favorece a formação de monopólios e sociedades anônimas, formas contraditórias ao princípio de um mercado composto por concorrentes independentes. A expansão das trocas privadas para além dos limites locais contribui para a formação do comércio mundial, ampliando a dependência dos indivíduos em relação às conexões econômicas que ultrapassam seus próprios âmbitos de atuação. Os atos de troca fragmentados, como a compra e a venda, por sua vez, geram um sistema bancário e de crédito que, ao conectar essas operações e manter uma contabilidade capaz de apurar os saldos das trocas privadas, constitui uma forma mais abrangente de organização das relações de troca, para além de cada negócio mercantil isolado, embora essas relações continuem fundadas em atos privados e separados. Essas e outras formas contraditórias integram o desenvolvimento das relações capitalistas e das capacidades produtivas e sociais que, conforme a

14 Esse trecho dos *Grundrisse* permite relacionar a análise das contradições da sociedade burguesa à interpretação de Antonio Negri acerca desses manuscritos como uma ciência da crise e da subversão, conforme propõe em *Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão: caderno de trabalho sobre os Grundrisse* (São Paulo-SP: Editora Autonomia Literária, 2016). A propósito, a contraposição de uma sociedade sem classes à forma social burguesa manifesta uma perspectiva revolucionária que já tinha sido explicitada dez anos antes, de maneira panfletária, no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels (1848).

perspectiva dos manuscritos de 1857/1858, podem servir de base material e social para outra forma de produção.

III

A investigação dos elementos fundamentais para a crítica da economia política capitalista vem demonstrando que o dinheiro, como meio de troca, não é instrumento externo que possa ser simplesmente substituído, mas a forma objetiva e coisificada de uma relação social que nasce da própria produção privada baseada no valor de troca. O dinheiro não cria originalmente essa relação social. A conexão social que se desenrola na sociedade mercantil desenvolvida, sob a primazia do valor de troca, assume no dinheiro a forma objetiva de um comportamento social das coisas, de um poder coisificado, que, em última instância, se apresenta como um poder do dinheiro.

É nesse sentido que, como meio de troca, a existência do dinheiro pressupõe a coisificação do vínculo social. Karl Marx observa que os economistas burgueses, inclusive, pressupõem essa coisificação do nexo social quando consideram que, ao entregar dinheiro a alguém em troca de uma mercadoria, os indivíduos depositam na coisa-dinheiro a confiança que não depositam uns nos outros como pessoas. O dinheiro funciona, assim, para seu possuidor, como um "*penhor mobiliário da sociedade*", declara ele, reportando-se à expressão utilizada pelo professor de matemática alemão do século XVIII, Johann Georg Büsch, para caracterizar o dinheiro como uma garantia universal no âmbito da sociedade burguesa.[15]

Mas por que os indivíduos depositam a confiança na coisa?, questiona Marx. Porque a confiança na coisa-dinheiro, argumenta, embora não constitua a origem do nexo social, decorre de uma sociabilidade fundada no valor de troca, o qual "nada mais é do que uma relação da atividade produtiva das pessoas entre si". Essa relação, mediada pelo valor de troca, adquire no dinheiro uma forma **objetiva**, **estranhada**, **autônoma** e **coisificada**.

Postos os argumentos que permitem caracterizar a conexão social no âmbito da sociedade burguesa por seu caráter objetivo, estranhado, autônomo e coisificado, tal como se manifesta no dinheiro, passemos às razões pelas quais Marx rejeita a concepção desse nexo como um vínculo natural, espontâneo e imanente aos indivíduos,

15 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 108 e nota 42. É um nexo social que adquire no dinheiro uma forma objetiva porque é constituído sob o predomínio do valor de troca, e não do valor de uso. É um nexo que adquire no dinheiro uma forma estranhada porque se apresenta aos indivíduos como algo alheio e externo a ele, escapando ao controle dos próprios indivíduos. É uma conexão que obtém no dinheiro uma forma autônoma porque adquire independência relativa perante os indivíduos e passa a exercer poder sobre eles. Por fim, é um vínculo social que contrai no dinheiro uma forma coisificada porque a relação entre pessoas se apresenta como uma relação entre coisas. Porém, esses termos não designam necessariamente quatro propriedades independentes que, a partir do dinheiro, determinam as relações sociais no âmbito da sociedade burguesa. Marx não estabelece essa classificação; aqui, nós a propomos com finalidade didática. Nos *Grundrisse*, a objetividade da conexão social, seu caráter estranhado, autonomia relativa e sua coisificação são aspectos articulados da relação mercantil burguesa.

compreendendo-o, ao contrário, como produto do processo histórico. Para discorrer sobre essa questão, nada melhor que começar com as palavras do próprio autor:

> "(Foi dito e pode ser dito que a beleza e a grandeza residem justamente nessa conexão espontânea e natural, nesse metabolismo material e espiritual independente do saber e da vontade dos indivíduos, e que pressupõe precisamente sua independência e indiferença recíprocas. E essa conexão coisificada é certamente preferível à sua desconexão, ou a uma conexão local baseada unicamente na estreiteza da consanguinidade natural ou nas [relações] de dominação e servidão. É igualmente certo que os indivíduos não podem subordinar suas próprias conexões sociais antes de tê-las criado. Porém, é absurdo conceber tal *conexão* puramente *coisificada* como a conexão natural e espontânea, inseparável da natureza da individualidade (em oposição ao saber e ao querer reflexivos) e a ela imanente. A conexão é um produto dos indivíduos. É um **produto histórico**. Faz parte de uma determinada fase de seu desenvolvimento [...])". (grifo em negrito nosso, grifo itálico do autor)[16]

Após destacar que uma conexão pode apresentar-se como espontânea e independente da vontade dos indivíduos sem ser, por isso, natural ou imanente a eles, o filósofo continua, agora extraindo uma consequência dessa determinação histórica para a compreensão do caráter estranhado e da autonomia da conexão social:

> "([…] A condição estranhada [*Fremdartigkeit*] e a autonomia com que ainda existe frente aos indivíduos demonstram somente que estes estão ainda no processo de criação das condições de sua vida social, em lugar de terem começado a vida social a partir dessas condições [...])".

Para o pensador de Trier, aquilo que aparece como dependência mediada pelas coisas (dependência coisal) resulta de relações sociais que se autonomizam e se contrapõem aos indivíduos, apresentando-se como poderes independentes deles. Nesse contexto, os indivíduos passam a ser dominados por abstrações coisificadas, que, no plano conceitual, expressam as próprias relações materiais que exercem domínio sobre eles: no capitalismo, o valor e o dinheiro são exemplos.[17]

A dominação que aparece como poder de uma coisa sobre os indivíduos não é, portanto, uma propriedade natural dessa coisa. É a forma assumida pela conexão social quando as relações entre os indivíduos se autonomizam perante eles e adquirem existência objetiva sob o domínio do valor de troca, encontrando no dinheiro sua

16 Idem, pp. 109-110.

17 Ibidem, p. 112. Quando o produtor vende sua mercadoria e recebe dinheiro, essa relação não se limita à transferência material de um bem ou à prestação de um serviço. O dinheiro, como forma autonomizada do valor, confere ao seu possuidor o poder de adquirir outras mercadorias, ter acesso ao produto do trabalho alheio e satisfazer necessidades. Esse poder não provém das propriedades físicas do papel ou do metal, enquanto formas monetárias materiais, mas da validade social do dinheiro nas relações de troca. O exemplo permite compreender como o valor e o dinheiro expressam relações sociais que assumem forma objetiva e se contrapõem aos indivíduos como poderes das próprias coisas.

forma coisificada. Em outros termos, trata-se de **poder social coisificado**, poder que decorre da forma social que se objetivou na coisa-dinheiro. Na concepção marxiana, justamente por serem históricas, as formas de dependência social, de conexão entre os indivíduos e de poder e dominação de uns sobre outros não são eternas.

A dissolução da dependência pessoal no sistema desenvolvido de troca vem acompanhada de uma independência privada e, ao mesmo tempo, de uma dependência social muito mais ampla e multilateral. Nesse sistema, os indivíduos não dependem mais, necessariamente, de uma única pessoa ou grupo nem de uma determinabilidade de caráter pessoal para que possam se relacionar uns com os outros, como ocorria entre suserano e vassalo, entre senhor e servo etc.[18]

No novo sistema mercantil, em que se estabelece uma relação monetária, embora "[…] os indivíduos *parecem* independentes (essa independência que, alias, não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia — no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar […]", pontua Marx, eles também estão submetidos a uma determinabilidade, só que, desta feita, "desenvolvida como uma limitação coisal do indivíduo por relações dele independentes e que repousam sobre si mesmas".

Trata-se de uma determinabilidade que, ao contrário daquela que caracteriza as relações de dependência pessoal, se funda em "**relações de dependência *coisal*** [...]" (grifo em negrito nosso, grifo em itálico do autor).[19] No entanto, uma análise mais apurada dessa nova determinabilidade e, por conseguinte, das relações e condições externas que dela decorrem mostra que os indivíduos de uma classe, quando considerados em sua massa e dominados pela dependência coisal, não podem superá-las sem aboli-las. Embora admita que o indivíduo singular possa, em circunstâncias particulares, ser capaz de fazê-lo, o filósofo de Trier entende que essa possibilidade não se estende à massa de indivíduos dominados por tais relações, uma vez que a sua mera existência expressa a necessária subordinação às relações e condições externas a eles.[20] Na linha do raciocínio marxiano, essa superação, quando considerada no plano da massa dos indivíduos submetidos, não pode ocorrer pela simples modificação dos efeitos dessas relações, mas exige a abolição das próprias relações, o que constitui, mais uma vez, um contraponto às propostas dos proudhonistas.

Como mencionado, a determinabilidade dos indivíduos no sistema mercantil desenvolvido de troca corresponde a uma dominação por abstrações, ao passo que, no primeiro estágio das relações sociais, ela se manifestava como dependência pessoal: os indivíduos dependiam uns dos outros em relações de caráter pessoal. Para Karl Marx, a dominação coisal no sistema mercantil desenvolvido aparece na consciência dos indivíduos como domínio das ideias, assumindo, assim, uma expressão ideológica.

18 Ibidem, p. 111.
19 Ibidem, p. 112.
20 Ibidem, p. 111.

A nosso ver, ao examinar a concepção de alguns filósofos segundo a qual seria peculiar à era moderna o fato de ser dominada pelas ideias — formulação que remete ao ideário do Século das Luzes (Iluminismo) —, Marx dirige sua crítica à identificação entre a criação da livre individualidade[21] e a derrubada desse domínio, como se a superação do domínio das ideias bastasse para assegurar a liberdade e emancipação dos indivíduos, sem que fossem transformadas as relações materiais que lhe dão sustentação. A crítica marxiana evidencia que a emancipação dos indivíduos não pode resultar simplesmente da superação de uma forma de consciência, mas exige a transformação das próprias relações sociais que os subordinam.[22]

No âmbito das relações de dependência coisal, a liberdade e a independência individuais próprias da modernidade aparecem como uma condição distinta das relações sociais de dependência pessoal das formas sociais anteriores. Essa aparência, como já salientado, não significa que as relações sociais existentes sejam eternas, nem que sejam capazes de realizar a livre individualidade, cuja realização não pode prescindir da transformação dessas relações.

Considerando, nesse contexto, que, no segundo estágio das relações históricas de dependência social, correspondente à sociedade burguesa, as ideias constituem a "expressão teórica" das relações materiais que se autonomizam diante dos indivíduos e os subordinam, o autor dos *Grundrisse* escreve:

> "Do ponto de vista ideológico, o erro era tão mais fácil de cometer porquanto esse domínio das relações (essa dependência coisal que, aliás, se reverte em relações determinadas de dependência pessoal, mas despidas de toda ilusão) aparece na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias e a crença na eternidade de tais ideias, *i.e.*, dessas relações coisais de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes".

A determinabilidade que ordena a conexão social dos indivíduos no sistema mercantil desenvolvido de troca é, portanto, coisal. Essa conexão resulta da

21 A "livre individualidade" não deve ser entendida simplesmente como independência do indivíduo em sua esfera privada em relação aos demais, característica que Marx identifica no segundo estágio; muito menos como retorno nostálgico às formas sociais do primeiro estágio, tomadas como se nelas estivesse uma suposta plenitude do indivíduo natural ou a possibilidade de restaurar formas comunitárias primitivas (Ibidem, p. 110). Trata-se, antes, de uma individualidade cujo desenvolvimento não se encontra subordinado a relações sociais que se apresentam diante dos indivíduos como poderes externos e autônomos. Por isso, o "desenvolvimento universal dos indivíduos" pode ser compreendido, nesse momento, em contraposição à limitação de seu desenvolvimento pelas relações sociais autonomizadas e coisificadas: o desenvolvimento das capacidades individuais passa a se realizar em uma forma de sociabilidade na qual a interdependência social não assume a forma de dependência diante de poderes estranhos. É importante, contudo, não atribuir a essa passagem dos *Grundrisse* um desenvolvimento teórico que ela não contém. O trecho oferece elementos substantivos para compreender os princípios desse terceiro estágio, mas não apresenta uma exposição sistemática da sociedade que dele decorreria. A formulação marxiana permite uma primeira compreensão desses princípios em contraposição aos que regem os estágios anteriores. Eles serão retomados e desenvolvidos em outros momentos da elaboração de Marx, inclusive nos próprios *Grundrisse*, como veremos no decorrer deste Artigo III, em *O capital*, no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e na *Crítica do Programa de Gotha* (1875).

22 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 112 (os parágrafos seguintes foram redigidos com base no conteúdo da página em referência).

produção privada baseada no valor de troca: o produto assume a forma de mercadoria, e esta, a de valor de troca, que adquire uma existência particular autonomizada na forma do dinheiro, ao lado da própria mercadoria. Como vimos na exposição sobre a origem do dinheiro, na Parte 1 do Folheto nº 04, essa forma monetária do valor não nasce de uma convenção, tampouco de uma ideia ou de uma decisão do Estado, mas do próprio desenvolvimento das relações de troca, como resultado desse desenvolvimento. A conexão social entre os indivíduos assume, assim, a configuração de um **comportamento social das coisas**, de um **poder social coisificado**.

IV

A compreensão do poder social do dinheiro exige examinar as determinações que fazem dele a forma universal do valor de troca e, ao mesmo tempo, uma forma objetiva particular, distinta da forma natural das demais mercadorias, cujos valores representa.

O exame dessas determinações permite perceber, por sua vez, que é no dinheiro que o valor de troca adquire existência autônoma em relação às próprias mercadorias e assume uma forma objetiva particular, o que possibilita o intercâmbio generalizado característico da sociedade mercantil desenvolvida. Como é por meio da forma-dinheiro que os produtos dos trabalhos privados se relacionam socialmente como valores de troca, o poder social que resulta dessa conexão entre os indivíduos produtores assume, no dinheiro, uma forma objetiva e autônoma.

Na sequência dos *Grundrisse*, o autor observa que, ao assumir a determinação de equivalente geral, uma mercadoria se torna permutável por todas as demais e sua "particularidade natural é apagada", ou seja, suas propriedades naturais deixam de condicionar sua permutabilidade universal. A coisa-dinheiro passa, então, a funcionar como medida do valor, representante e meio de troca universal das demais mercadorias. Na circulação mercantil, essa última função se manifesta no movimento M—D—M.

Contudo, a expressão objetiva do valor não se dá no dinheiro em geral, diz Marx, "mas como uma *determinada soma de dinheiro* pois, para representar o valor de troca em todas as suas diferenças, o dinheiro deve ser contável, deve ser quantitativamente divisível".

Como forma comum em que todas as mercadorias se apresentam enquanto valores de troca, o dinheiro é o equivalente geral. Como constitui a forma autônoma do valor de troca das mercadorias, o dinheiro precisa, paradoxalmente, existir como mercadoria particular ao lado das demais. Isso porque as mercadorias não são apenas medidas mentalmente: no intercâmbio real, precisam ser trocadas

por dinheiro e convertidas nele.[23]

A determinação quantitativa do dinheiro, contudo, ainda não explica por que o valor de troca universal precisa adquirir existência efetiva sob a forma de uma mercadoria particular. Resta compreender a questão de fundo: por que a universalidade do valor de troca precisa assumir uma forma objetiva particular?

Referindo-se às relações de troca em geral, Marx constata que do fato de a mercadoria se tornar valor de troca universal resulta que o próprio valor de troca também se torna uma mercadoria particular. Isso acontece, prossegue o autor dos *Grundrisse*, "só porque uma mercadoria particular adquire o **privilégio**, perante todas as demais, de representar, de simbolizar o seu valor de troca", isto é, de tornar-se dinheiro (grifo nosso). Assim, uma mercadoria particular (sal, pele, gado, escravo, cobre, ouro, prata etc.) assume a qualidade de "sujeito-dinheiro": mercadoria que, em sua particularidade, passa a representar universalmente o valor de troca das demais. Nas suas palavras, "Isso resulta da própria essência do valor de troca".[24]

No desenvolvimento das relações de troca, o sujeito-dinheiro pode adquirir uma existência separada da substância natural (matéria) da mercadoria que originalmente lhe serve de suporte, como ocorre com o papel-moeda que substituiu o ouro, por exemplo. Essa separação, porém, não elimina a necessidade de o dinheiro possuir uma forma de existência particular. A forma monetária pode deixar de estar vinculada à substância material de mercadoria específica (ouro, prata etc.), sem que deixe de existir objetivamente. A questão central, portanto, não é a permanência de determinada substância natural, mas a necessidade de uma forma particular que represente universalmente o valor de troca. No papel-moeda, essa forma objetiva assume a configuração de um signo, sem que isso elimine a referência à mercadoria particular que lhe dá denominação[25].

Estabelecida a necessidade de o dinheiro assumir uma forma particular e objetiva e, ao mesmo tempo, representar a universalidade do valor de troca, os *Grundrisse* passam a examinar a relação quantitativa entre mercadoria e dinheiro: o *quantum* de dinheiro pelo qual uma mercadoria pode ser trocada. Marx já apresenta

23 Idem, pp. 112-113.

24 Ibidem, pp. 113-114. No movimento analisado por Marx, a universalidade não existe separada da particularidade, mas se realiza por meio desta. O abstrato, portanto, não se reduz a algo do pensamento: pode adquirir existência objetiva no próprio mundo concreto. É o que se observa nessa passagem, em que a universalidade do valor de troca assume uma forma particular na mercadoria que funciona como dinheiro.

25 No contexto histórico em que Marx escreve, o papel-moeda passa a representar o dinheiro-ouro sem possuir a substância material desse metal. A forma monetária assume, então, a configuração de um signo, sem que isso apague sua relação histórica com a mercadoria particular que lhe serviu de referência. Na contemporaneidade, contudo, o papel-moeda já não representa necessariamente o ouro nem é, em regra, conversível nele, mas constitui uma forma objetiva do dinheiro por meio da qual se expressam os preços e se realizam os pagamentos. Trata-se de moeda fiduciária, cuja aceitação não depende da conversibilidade em uma mercadoria específica, mas da organização monetária e econômica da sociedade, especialmente da confiança na moeda e na autoridade monetária do Estado que a emite, bem como das condições econômicas que sustentam seu poder de compra. Essas condições estão relacionadas à produção de bens e serviços, às relações de troca e às políticas monetária e cambial. No âmbito da interconexão das economias globais, o dólar americano ocupa uma posição central como moeda de referência nas transações comerciais e financeiras internacionais.

essa determinação sob o aspecto da medida do valor, sem desenvolvê-la ainda em toda a sua extensão, o que fará na seção "O curso do dinheiro", objeto do Folheto nº 05.

De acordo com Karl Marx, "A relação em que a mercadoria particular é trocada por dinheiro, *i.e.*, o *quantum* de dinheiro em que um *quantum* determinado de mercadoria é convertível, é determinada pelo tempo de trabalho objetivado na mercadoria". Como "efetivação de um tempo de trabalho *determinado*, a mercadoria é valor de troca; no dinheiro, a cota de tempo de trabalho que ela representa está contida, assim como medida, em sua forma permutável universal, adequada ao seu conceito". Por isso, ele afirma: " O dinheiro é o meio coisal no qual os valores de troca, imersos, adquirem uma configuração correspondente à sua determinação universal".[26]

Considerando o ato da produção de mercadorias, Karl Marx retoma uma formulação de Adam Smith segundo a qual "o trabalho é o dinheiro original com o qual todas as mercadorias são compradas" e a considera correta nesse âmbito. Nesse sentido, Marx afirma que, na produção, "toda mercadoria é trocada continuamente por tempo de trabalho".[27]

O problema — e aqui o teórico alemão-prussiano enuncia uma questão central acerca da determinabilidade do valor de troca — é que o tempo de trabalho não pode ser expresso diretamente como dinheiro em seu produto imediato e particular, como se o tempo de trabalho despendido na produção de uma mercadoria específica, por exemplo, o pão fabricado pelo padeiro, pudesse constituir, por si mesmo, uma forma universal de expressão do valor:[28]

> "A necessidade de um dinheiro distinto do tempo de trabalho surge precisamente do fato de que a quantidade de tempo de trabalho não deve ser expressa no seu produto imediato e particular [no pão, por exemplo, dizemos nós], mas em um produto mediado e universal, em seu produto particular como produto igual e convertível em todos os demais produtos de mesmo tempo de trabalho; o tempo de trabalho contido não em uma mercadoria, mas em todas as mercadorias ao mesmo tempo e, por isso, em uma mercadoria particular que representa todas as outras."

Nesse ponto, os *Grundrisse* retomam mais uma vez o bônus-hora defendido por Alfred Darimon, assinalando: "O próprio tempo de trabalho não pode ser imediatamente dinheiro (uma exigência que, em outras palavras, equivale a requerer que toda mercadoria seja imediatamente seu próprio dinheiro) […]". Na proposta de Darimon, um bônus-hora corresponderia a uma hora de trabalho. Assim, um quilo de pão cuja produção exigisse uma hora de trabalho e uma camisa cuja produção também exigisse uma hora de trabalho receberiam, cada qual, um bônus-hora, que permitiria expressar sua equivalência.

No entanto, ainda que a hora de trabalho constitua o elemento comum e

26 Idem, p. 114.
27 Ibidem, pp. 114-115.
28 Ibidem, p. 115 (os parágrafos seguintes foram redigidos com base no conteúdo da página em referência).

também a unidade de conta do sistema de bônus-hora, sua simples contabilização não estabelece, por si só, validade social ao trabalho privado nem transforma o dinheiro diretamente em uma medida universal do valor das mercadorias. Mesmo quando se considera o mesmo tipo de trabalho concreto, uma igual quantidade de produto pode exigir tempos de trabalho diferentes. Um padeiro pode produzir um quilo de pão em uma hora, enquanto outro pode precisar de duas horas para produzir a mesma quantidade. A contabilização do tempo de trabalho individual não resolve a questão da validade social dos trabalhos privados, sejam eles realizados em tempos iguais ou diferentes, pois não permite converter diretamente o tempo despendido por cada produtor em uma medida geral do valor. Isso porque os trabalhos são realizados sob condições distintas de produtividade, tecnologia, organização, qualificação etc.

Por outro lado, considerar apenas essas variáveis não é suficiente para compreender plenamente por que Marx rejeita a possibilidade de utilizar diretamente o tempo de trabalho individual como medida adequada do valor de troca das mercadorias, isto é, como dinheiro. Antes, é preciso entender em que medida o trabalho de cada produtor é validado como parte do trabalho social, como esse trabalho individual se relaciona com o **trabalho social total** e como seus produtos adquirem uma **medida social comum** que permita equipará-los enquanto valores.[29]

O fato de o trabalho ser concreto e assumir formas diferentes em cada profissão faz parte da explicação para a oposição de Marx ao dinheiro-trabalho proudhonista, mas também não é suficiente para compreendê-la. O padeiro produz pão, e seu trabalho concreto é distinto do trabalho do alfaiate ou do tecelão que produz camisas. Na troca generalizada, esses trabalhos particulares precisam relacionar-se como parcelas do trabalho social total, de modo que o padeiro possa comprar a camisa e o alfaiate possa adquirir o pão. Para tanto, ambos os trabalhos precisam assumir uma forma social comum, na qual suas diferenças concretas sejam abstraídas, permitindo a equiparação de seus produtos enquanto valores.

Karl Marx observa que, embora, na prática, o tempo de trabalho só exista concretamente (objetivamente) em produtos particulares, "[…] como objeto universal, o tempo de trabalho só pode existir de forma simbólica e, por sua vez, precisamente em uma mercadoria particular que é posta como dinheiro". Como o tempo de trabalho só existe imediatamente em produtos particulares, ele precisa adquirir uma forma objetiva universal, independente, isto é, que não se restrinja às particularidades naturais de cada mercadoria, para que os produtos possam ser equiparados enquanto valores. O tempo de trabalho teria, portanto, de existir como "objeto universal da troca".

Na relação entre a mercadoria como objeto material e como valor de troca,

29 No caso do trabalho do padeiro, o produtor que levasse duas horas para produzir um quilo de pão poderia receber o dobro de bônus-hora daquele que produzisse a mesma quantidade em uma hora. A crítica marxiana direciona-se justamente a essa regra, que desconsidera as condições sociais de produção e a relação entre trabalhos particulares e o trabalho social total. A questão principal é que o próprio tempo de trabalho não pode funcionar imediatamente como dinheiro, como se fosse, por si só, uma medida universal do valor.

põe-se uma tensão entre sua particularidade natural e sua determinação universal como valor de troca. Marx sustenta, como visto em fascículo anterior, que essa contradição só pode ser resolvida "na medida em que a mercadoria é posta duplamente, uma vez em sua forma natural imediata, depois em sua forma mediada, como dinheiro".

De outra banda, essa dupla forma de existência da mercadoria "só é possível porque uma mercadoria particular [gado, ouro etc., dizemos nós] devém, por assim dizer, a substância universal dos valores de troca, ou porque o valor de troca das mercadorias é identificado a uma substância particular, a uma mercadoria particular distinta de todas as demais". Isto significa, prossegue Marx, que a mercadoria tem de ser trocada primeiro pela mercadoria universal, na condição de equivalente geral, isto é, pelo produto que constitui a objetivação universal simbólica do tempo de trabalho. Só então, como valor de troca, poderá ser "permutável à vontade e indiferenciadamente por todas as outras mercadorias, para nelas ser metamorfoseável". O dinheiro aparece, assim, como tempo de trabalho na condição de objeto universal, como "objetivação do tempo de trabalho universal, o tempo de trabalho como *mercadoria universal*".

Em síntese, enquanto o tempo de trabalho determinado é objetivado em uma mercadoria particular (ex.: pão), na condição de valor de troca esse tempo precisa assumir uma forma que seja indiferente às propriedades naturais particulares da mercadoria. Daí a necessidade de uma mercadoria particular que seja posta como universal e desempenhe a função de dinheiro. Assim, a mercadoria (pão) é posta duplamente: em sua forma natural imediata, como produto particular, e em sua forma mediada, como valor de troca expresso no dinheiro.

Dessa sequência dos *Grundrisse*, podemos formular uma nova questão, embora decorrente da anterior: se o tempo de trabalho é a substância do valor e determina quantitativamente os valores de troca, por que não utilizar o próprio tempo de trabalho diretamente como dinheiro, fazendo corresponder, por exemplo, um bônus-horário a uma hora de trabalho, como almejam os proudhonistas?

Para compreender a resposta, é preciso esclarecer o que significa considerar o trabalho como parte da produção social e, particularmente, o que está em jogo quando Karl Marx se refere ao trabalho universal.

Tomemos novamente o trabalho do padeiro. Seu trabalho concreto é produzir pão. A produção de alimentos constitui uma das atividades particulares de que depende a reprodução da sociedade. Numa sociedade fundada na troca generalizada e, por conseguinte, na divisão social do trabalho, isso não significa que a utilidade social do pão assegure, por si só, a validade social do trabalho individual do padeiro.

Quando a produção é privada, cada produtor realiza seu trabalho por sua própria conta, sem que a conexão entre diferentes trabalhos seja estabelecida diretamente na própria produção. É mediante a troca dos produtos que os trabalhos privados adquirem validade social como parcelas da riqueza e do trabalho social total.

Não basta, portanto, que o pão seja útil ou que exista uma necessidade social por ele. O trabalho do padeiro precisa adquirir uma forma socialmente válida, o que, na produção mercantil desenvolvida, ocorre por meio da transformação dos produtos em valores de troca e de sua mediação pelo dinheiro. A utilidade do produto, por si só, não garante o reconhecimento social do trabalho privado nele despendido, ou seja, seu reconhecimento como parcela da riqueza e do trabalho social total.

O trabalho concreto do padeiro produz pão. Na produção mercantil burguesa, porém, esse trabalho possui também uma determinação social como **trabalho abstrato**, isto é, como **trabalho humano indiferenciado**, abstraídas as particularidades concretas dos diferentes trabalhos.[30] É sob essa determinação que os trabalhos particulares podem ser equiparados como parcelas do trabalho social total. Essa equiparação, contudo, não se estabelece diretamente na produção privada, mas por meio das relações sociais entre produtores, mediadas pela troca de seus produtos.

Por isso, ainda que um bônus-hora referente à produção de pão pudesse ser trocado por outro produto na mesma proporção de tempo de trabalho — por exemplo, uma hora de trabalho do padeiro por uma hora de trabalho do alfaiate —, isso não eliminaria o problema da forma social do valor. Permaneceria a questão de como os trabalhos particulares adquirem validade social e se relacionam como parcelas do trabalho social total. A simples inscrição de uma quantidade de horas em um bônus não transforma, por si mesma, o tempo de trabalho em dinheiro universal.

O trabalho particular do padeiro produz pão, cujo valor de troca precisa assumir uma forma universal para que o produto possa ser permutado por todas as demais mercadorias. Sob essa forma, os produtos dos diferentes trabalhos particulares podem ser equiparados como valores, sem que sua permutabilidade fique limitada às propriedades naturais de cada mercadoria ou ao tempo de trabalho individual imediatamente despendido em sua produção. Para adquirir permutabilidade universal, a mercadoria precisa primeiro ser trocada pela mercadoria universal, que constitui a forma monetária do valor de troca. É precisamente essa necessidade de mediação universal que explica por que o tempo de trabalho individual não pode funcionar diretamente como dinheiro.

Voltemos, então, à pergunta anterior para conhecer a resposta. Se o bônus-hora pode ser trocado por outras mercadorias — por exemplo, se uma hora de trabalho na produção de um quilo de pão equivale a uma hora de trabalho na produção de uma camisa —, por que não considerá-lo uma forma de dinheiro dotada de permutabilidade universal? Marx responde que "a relação dos valores de troca — das

30 Idem, p. 230. Para efeito do que se expõe nos *Grundrisse*, no "Capítulo do dinheiro", as considerações antecipadas neste e nos folhetos anteriores acerca do trabalho abstrato e de sua condição de substância do valor, cuja grandeza é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, são suficientes para a exposição da transformação do valor em dinheiro que estamos desenvolvendo. A partir do Folheto nº 06 deste Artigo Expositivo III, ao reproduzirmos o segundo capítulo dos manuscritos, o "Capítulo do capital", no qual Karl Marx passa a investigar a transição do dinheiro a capital, apresentaremos a análise do trabalho abstrato e de suas determinações em um estágio mais desenvolvido.

mercadorias como objetivações reciprocamente iguais e equiparáveis do tempo de trabalho — inclui contradições que adquirem sua expressão coisal em um *dinheiro diferente* do tempo de trabalho". Um dinheiro que não se confunde com o próprio tempo de trabalho privado, pois este, enquanto atividade, só se objetiva imediatamente em produtos particulares, como o pão ou a camisa.[31]

Não basta ser um dinheiro que simplesmente represente o tempo de trabalho contabilizado em horas ou registrado em um bônus. É preciso que o valor adquira uma forma objetiva, universal e autonomizada, distinta das formas particulares em que se objetivam os trabalhos concretos.

Conforme a conceituação preliminar apresentada no Folheto nº 03, a dimensão social comum dos diferentes trabalhos concretos é o trabalho abstrato, verdadeira substância do valor. Nesse sentido, a determinação da grandeza do valor e, por consequência, da quantidade do trabalho abstrato representada na mercadoria será desenvolvida por Marx mediante a categoria do tempo de trabalho socialmente necessário (o tempo de trabalho requerido nas condições sociais médias de produção), cuja exposição sistematizada encontrará lugar em *O capital*. Nos *Grundrisse*, que constituem o "laboratório econômico" de Marx, essas determinações começam a ser elaboradas e articuladas, especialmente no "Capítulo do capital".

Segundo Karl Marx,[32] o tempo de trabalho em si (o tempo de trabalho particular) existe apenas subjetivamente, ou seja, somente na forma da atividade do sujeito. Quando considerado como objeto de permuta em si mesmo, como no exemplo de uma hora de trabalho na produção de um quilo de pão em relação a uma hora de trabalho na produção de uma camisa, esse tempo se apresenta como mercadoria. Porém, constitui um "tempo de trabalho determinado e diferente, não só quantitativa, mas também qualitativamente, e de forma alguma universal e idêntico a si mesmo; ao contrário, como sujeito, corresponde tão pouco ao tempo de trabalho universal que determina os valores de troca quanto lhe correspondem, como objeto, as mercadorias e produtos particulares".

Com a predominância da troca mercantil generalizada, o trabalho individual

31 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 116. Nessa parte dos manuscritos, Karl Marx cita novamente Adam Smith, desta vez para apresentar a compreensão do economista britânico acerca da relação entre o produto particular do trabalho (associado ao valor de uso) e a mercadoria universal (associada à forma universal do valor de troca, o dinheiro), cujas determinações Smith considera justapostas. Marx escreve que o trabalhador produz "ao lado do produto particular do trabalho (do tempo de trabalho como objeto particular), um *quantum* da mercadoria universal (o tempo de trabalho como objeto universal)". O autor dos *Grundrisse* observa que, para o economista britânico, essas duas determinações ainda aparecem uma ao lado da outra, sem que sua contradição interna seja plenamente apreendida. Isso corresponde, explica Marx, ao estágio da produção que A. Smith tinha diante de si, no qual a produção para a troca ainda não havia se generalizado plenamente e apenas o excedente era trocado: "[…] nem sua atividade como um todo nem seu produto como um todo tinham se tornado dependentes da troca […]". À época de *A riqueza das nações*, parte da produção ainda se destinava diretamente à subsistência do próprio produtor, enquanto apenas o excedente era trocado. Nesse contexto, o produto particular do trabalho e a mercadoria universal ainda aparecem, na formulação smithiana, como determinações justapostas (Idem, p. 116 e 118).

32 Ibidem, p. 118 (os parágrafos seguintes foram redigidos com base no conteúdo da página em referência).

realizado de forma autônoma (privada), embora já possua caráter social em razão da divisão social do trabalho, só tem sua validade socialmente reconhecida por meio das relações de troca de seus produtos, no contexto de uma conexão entre os indivíduos manifestamente coisificada.

Nessa circunstância, o produto do trabalho do indivíduo singular assume a forma de mercadoria e é direcionado ao mercado, onde seu valor de troca adquire expressão monetária. O tempo de trabalho particular despendido na produção da mercadoria não constitui, por si só, trabalho universal socialmente validado. Sua validade social (que não deve ser entendida como resultado de uma aprovação consciente, pois se estabelece objetivamente por meio das relações mercantis) depende da relação que se instala, por meio da troca, entre esse trabalho e os demais trabalhos. Para que o produto do trabalho adquira permutabilidade universal, o valor de troca precisa expressar-se numa forma objetiva distinta da forma natural particular da mercadoria: essa forma objetiva, frisa-se, é o dinheiro. Assim, podemos representar essa mediação da seguinte forma: mercadoria *A* → expressão monetária de seu valor de troca → dinheiro → mercadoria *B*.

Considerado no próprio ato da produção, como se pode compreender da proposta do bônus-hora, o trabalho do indivíduo singular funcionaria como o dinheiro com o qual ele adquire diretamente o produto correspondente à sua atividade (no exemplo do padeiro, o pão). Nesse caso, porém, "é um dinheiro *particular* que só compra esse produto *determinado*". Para ser "o *dinheiro universal*", aquele que medeia a compra de qualquer produto, Marx prossegue, essa espécie de trabalho-dinheiro "teria de ser, desde o início [no ato da produção, dizemos nós], não um trabalho *particular*, mas *universal*"; teria de ser posto desde o começo "como elemento da *produção universal*". Sendo elemento da produção universal, o trabalho teria seu caráter geral pressuposto na própria organização da produção, e sua validade social como tal não precisaria ser reconhecida por meio da troca. O caráter universal da produção — que, na passagem examinada, se expressa também como caráter coletivo — passaria a determinar a participação dos indivíduos nos produtos.

Sob o pressuposto de uma produção universal, a organização da produção determinaria a participação dos indivíduos nos produtos. Como diz Marx, "O caráter coletivo da produção faria do produto, desde o início, um produto coletivo, universal". Nesse contexto, a troca, em vez de constituir uma troca de valores de troca entre produtores privados, corresponderia a um intercâmbio de atividades determinadas por necessidades e fins coletivos. Desse modo, esse intercâmbio incluiria, desde o começo, a participação do indivíduo singular no mundo coletivo dos produtos.

O que os *Grundrisse* pretendem demonstrar com o contraponto entre a produção singular (privada) e a produção universal (coletiva)? Que, nas sociedades mercantis desenvolvidas, como a burguesa, o trabalho privado não possui caráter diretamente universal: sua validade social se estabelece por meio da troca de produtos,

na qual o valor de troca e o dinheiro medeiam a relação entre os trabalhos particulares.

O trabalho que lastreia o bônus-hora e nele é representado, conforme defende Alfred Darimon, não pode adquirir permutabilidade universal por esse meio. Para que o trabalho fosse universal desde o início, seria necessário que a produção estivesse organizada coletivamente, de modo que seu caráter social não dependesse da troca entre produtores privados. Nesse caso, porém, a participação dos indivíduos nos produtos não seria mediada pelo dinheiro, e o bônus-hora deixaria de cumprir a função que lhe atribuem os proudhonistas. Como ressalta o filósofo de Trier, "a troca dos produtos não seria, de modo algum, o *meio* pelo qual seria mediada a participação dos indivíduos singulares na produção universal". Essa participação teria de ocorrer "naturalmente", com base nas necessidades e nos fins coletivos.[33]

Para concluir esta parte um tanto quanto complexa, a mudança na forma do dinheiro não altera, por si só, a estrutura social das relações de produção fundadas no valor. De acordo com o autor dos *Grundrisse*, partindo-se "da produção autônoma dos indivíduos singulares [...], a mediação tem lugar por meio da troca das mercadorias, do valor de troca, do dinheiro, que são todos expressões de uma única e mesma relação".[34] Numa produção coletiva, diferentemente, o caráter social da produção estaria pressuposto desde o início, e a participação nos produtos seria mediada pelas próprias condições sociais da produção.

Enquanto nas sociedades mercantis fundadas na troca generalizada o caráter social da produção se dá "*post festum*" — após o fato —, pela transformação dos produtos em valores de troca e pela troca desses valores de troca, naquelas fundadas na produção coletiva o caráter social da produção está pressuposto desde o início. Nesse segundo caso, a participação no mundo dos produtos não é mediada pela troca de trabalhos ou de produtos independentes uns dos outros. O indivíduo singular não compra com seu trabalho um produto determinado particular, "mas uma cota determinada na produção coletiva". "Por isso", conclui o teórico de Trier, o indivíduo

33 A ausência de mediação pelo dinheiro, nessa hipótese, deve ser compreendida em referência à forma monetária autônoma do valor, própria da produção capitalista, orientada para a valorização do valor e para a produção de mais-valor ou mais-valia, cuja forma transformada de manifestação é o lucro. Na sociedade capitalista ou burguesa, os trabalhos privados adquirem validade social por meio da troca de seus produtos, e o dinheiro constitui a forma universal e autonomizada do valor das mercadorias. Na produção universal e coletiva considerada por Marx, diferentemente, a participação dos indivíduos nos produtos estaria incluída desde o início na própria organização da produção, com base nas necessidades e nos fins coletivos. Essa perspectiva encontra um desenvolvimento posterior em *Crítica do Programa de Gotha*, quando o autor alemão-prussiano distingue as fases da sociedade comunista e, ao caracterizar sua fase superior, formula o seguinte princípio: "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades" (MARX, Karl Heinrich. **Crítica do Programa de Gotha**. Escritos políticos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024, p. 73). A definição dos mecanismos concretos de contabilização, planejamento e distribuição dos produtos nessa nova forma de organização social, por sua vez, não é desenvolvida nos *Grundrisse*. Trata-se de questões cuja definição dependeria das condições históricas e materiais e da própria organização da produção na sociedade em transformação, no curso do processo revolucionário. O que importa ressaltar aqui é que a necessidade de contabilizar o trabalho, os recursos e os produtos não implica, por si só, a necessidade de uma forma monetária autônoma do valor, tampouco da troca de valores de troca entre produtores privados, pelas razões que vimos examinando ao longo deste Artigo III.

34 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., pp. 118-119.

"não tem nenhum produto particular para trocar". O produto, nesse caso, não assume a forma de valor de troca. Ou, como afirma: "Seu produto não é *um valor de troca*".[35]

"Sobre a base dos valores de troca", *continua* Karl Marx, "o trabalho pressupõe justamente que nem o trabalho do indivíduo singular nem seu produto sejam *imediatamente* universais; que o produto só consiga essa forma por uma *mediação objetiva* [*gegenständlich*], por um *dinheiro* distinto dele". O dinheiro, cuja essência é ser a forma autonomizada do valor das mercadorias, de onde decorre o seu poder social, permanece necessário enquanto as relações sociais de produção estiverem fundadas no valor de troca, independentemente do suporte material em que se apresente. Na economia capitalista, os trabalhos privados relacionam-se socialmente por meio da produção e da troca de mercadorias, sob as determinações fundamentais da exploração e da valorização do valor, conforme assinalado no Folheto nº 03.

Na sequência da análise marxiana sobre o trabalho e o tempo de trabalho individuais e coletivos, ainda tendo o bônus-hora como pano de fundo, podemos extrair uma ressalva: o fato de o tempo de trabalho individual não poder ser convertido diretamente em dinheiro universal sem que se transformem as relações sociais de produção fundadas na autonomia dos produtores privados não significa que Marx desconsidere a importância do tempo de trabalho. Ao contrário. "Pressuposta a produção coletiva", ressalta ele, "a determinação do tempo permanece naturalmente essencial".

A crítica marxiana à tentativa dos proudhonistas de transformar diretamente o tempo de trabalho em dinheiro não implica, portanto, que sua importância econômica seja diminuída. Nos *Grundrisse*, o autor afirma categoricamente: "Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda a economia".

Karl Marx ressalta ainda que "Economia de tempo, bem como [sic] distribuição planificada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva".[36] Isso, contudo, é substancialmente diferente de determinar os valores de troca dos trabalhos ou dos produtos do trabalho pelo tempo de trabalho. O que muda entre os dois modos de produção é a função social que o tempo de trabalho desempenha.

Na produção coletiva, o tempo de trabalho permite organizar a produção social e distribuir o tempo disponível entre os diferentes ramos da produção, tanto os voltados à produção material quanto os relacionados às atividade intelectuais e espirituais. Na produção mercantil baseada no valor de troca (na troca pela troca), por sua vez, os trabalhos privados independentes adquirem validade social por meio da troca de seus produtos, mediada pelo dinheiro. Essa é a diferença fundamental entre a distribuição planificada do tempo de trabalho na produção coletiva e a submissão da relação social entre os trabalhos privados à mediação do valor de troca.[37]

35 Idem, p. 119.
36 Ibidem, pp. 119-120.
37 Ibidem, p. 119.

A diferença apontada entre os dois modos de produção permite retomar uma das determinações centrais da crítica marxiana do dinheiro, à qual se dedica a Parte 2 deste Folheto nº 04: na sociedade capitalista, o poder social dos indivíduos, em vez de se apresentar como resultado da organização coletiva e consciente da produção, manifesta-se de forma autônoma no dinheiro. Os produtores privados dependem dessa forma monetária autonomizada do valor para estabelecer a relação social entre seus trabalhos, e o poder que pertence à própria conexão social entre os indivíduos aparece, assim, como poder do dinheiro ou, mais precisamente, como poder no dinheiro. É nesse sentido que o dinheiro não constitui apenas um instrumento de troca, mas expressa o poder social que envolve e se impõe aos indivíduos na sociedade burguesa, a sociedade em que o dinheiro, sob determinadas condições, se transforma em capital.

CONCLUSÃO

Divergindo das concepções que reduzem o dinheiro a uma exigência técnica da circulação de mercadorias ou a uma convenção, Karl Marx demonstra que, nas sociedades mercantis desenvolvidas sob o capitalismo, o dinheiro não é um elemento externo às relações sociais de produção. Ele nasce de uma necessidade interna das relações de produção e troca fundadas no valor, como forma monetária autonomizada do valor das mercadorias, na qual se objetiva o poder social dos indivíduos. O dinheiro, portanto, não apenas medeia o intercâmbio mercantil, mas também constitui a forma pela qual o poder dos indivíduos sobre as atividades e as riquezas sociais se apresenta como poder do próprio dinheiro: "Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso".

Sendo o dinheiro a forma objetiva da relação social que nasce da produção privada baseada no valor de troca, o nexo social que se desenvolve sob sua primazia assume a forma de um comportamento social das coisas, de um poder coisificado. Em contraste com as sociedades fundadas na dependência pessoal, a forma social mercantil desenvolvida caracteriza-se, paradoxalmente, pela dependência recíproca e multilateral dos indivíduos, que são, ao mesmo tempo, independentes na esfera privada e indiferentes entre si.

É nesse sentido que o dinheiro pressupõe uma conexão social coisificada, própria de uma sociabilidade na qual as relações entre os indivíduos são mediadas pelo valor de troca, que adquire no dinheiro uma forma objetiva (porque passa a existir socialmente independentemente da vontade particular de cada indivíduo), estranhada (porque se apresenta aos indivíduos como algo alheio ao seu controle), autônoma (porque adquire independência relativa perante os indivíduos e passa a exercer poder sobre suas atividades econômicas, sociais etc.) e coisificada (porque as relações entre as pessoas se apresentam como relações entre coisas). Essa forma de

conexão social exerce sobre os indivíduos uma dominação abstrata: um poder que, embora resulte das próprias relações sociais estabelecidas entre eles, se lhes impõe como uma força autônoma, condicionando suas atividades e suas possibilidades de acesso à riqueza social.

Sob o capitalismo, a conexão social estabelecida entre os indivíduos, embora se apresente como natural e independente deles, é um produto histórico e, portanto, finito, podendo ser superada.

A superação da sociabilidade burguesa não pode resultar de uma simples mudança na forma do dinheiro, como pretendiam os proudhonistas com seu dinheiro-trabalho (bônus-hora ou bônus-horário), mas exige a transformação das próprias relações sociais de produção que engendram esse poder social coisificado e a dominação abstrata exercida pelo dinheiro sobre os indivíduos.

No próximo fascículo do Artigo Expositivo III sobre os *Grundrisse*, serão abordadas mais duas seções do "Capítulo do dinheiro", de modo a concluir os chamados "primeiros passos" da formulação da teoria do dinheiro de Karl Marx: a seção "Os metais preciosos como portadores da relação de dinheiro", que busca elucidar por que a forma monetária autonomizada do valor de troca encontra nos metais preciosos, especialmente no ouro e na prata, seus portadores materiais privilegiados; e a seção "O curso do dinheiro", cujo propósito é explicitar o processo de circulação do dinheiro e a relação entre a transformação ideal do valor das mercadorias em dinheiro e sua transformação real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **Darimon, bancos e crédito: Notas sobre os Grundrisse e a transição para o socialismo**. Belo Horizonte-MG: Texto para discussão nº 353. Cedeplar/UFMG. 2009. Disponível em https://1library.org/br/download/874392890870136833.

ALEXANDR, Lozovski. **Marx e os sindicatos**. **Capítulo II – Marx contra o Proudhonismo e o Bakuninismo**. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/lozovski/ano/marx/02.htm.

ALVES, Álvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010. Disponível em https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/422/400.

ANTUNES, Jadir. **A dialética do valor em *O capital* de Karl Marx**. Disponível em https://www.google.com/url?as=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&ved=2ahUKEwiF-PzZ4c7yAhXKI7kGHSfbDlAQFnoECAwQAw&url=https%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Fojs%2Findex.php%2Fintuitio%2Farticle%2Fdownload%2F9664%2F8478%2F&usg=AOvVaw051UXferYxYQBfqZb-tU3n.

BAPTISTA, Paulo Cabaça. **O Socialismo de Pierre-Joseph Proudhon e a sua influência em Oliveira Martins e Antero de Quental**. Disponível em https://cabacabaptista.blogspot.com/2012/12/o-socialismo-de-pierre-joseph-proudhon.html.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor-Trabalho**. Vitória-ES: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (EDUFES), 2013.

COHEN, Gerald A. **Forças produtivas e relações de produção**. Campinas-SP: Crítica Marxista,Unicamp, 2010. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/cohen/1983/mes/forcas.htm.

DUAYER, Mário. **Grundrisse| Aula 6| III Curso Livre Marx-Engels**. Videoaula. TV Boitempo Editorial, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e Centro de Pesquisas 28 de Agosto. São Paulo-SP. 2012. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jmrnEoaoq70.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Escritos filosóficos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo**. Disponível em https://www.eumed.net/libros-gratis/2008a/372/CIRCULACAO%20DE%20CAPITAL.htm.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Disponível em https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf.

GRESPAN, Jorge e DUAYER, Mário. **Grundrisse, de Marx.** Videoaula. TV Boitempo Editorial e parceiros. São Paulo-SP, 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LlcqIOmc_ks&t=6s.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. **A Dialética do Abstrato e do Concreto em *O Capital* de Karl Marx. Capítulo 1. A Concepção Dialética e Metafísica do Concreto**. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/01.htm.

JAPPE, Anselm. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx (comentário sobre o livro de Roman Rosdolsky)**. Disponível em https://aterraeredonda.com.br/genese-e-estrutura-de-o-capital- de-karl-marx/.

KLIMAN, Andrew. **A crítica de Marx a Darimon nos Grundrisse**. Disponível em https://marxisthumanistinitiative.org/economics/marxs-critique-of-darimon-in-the-grundrisse.html.

LIMA, Laís Leni Oliveira. **Aparência e Essência: da alienação ao fetiche**. Jataí-GO: Itinerarius Reflectionis – Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG, Vol. II, n. 5, 2008. Disponível em https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/20416.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a impossibilidade de reformar a sociedade capitalista**. Disponível em https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/marx-e-a-impossibilidade-de-reformar-a-sociedade-capitalista/.

MARX, Karl Heinrich. **Crítica do Programa de Gotha**. Escritos políticos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro-RJ: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Miséria da filosofia.** Escritos econômicos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **O capital: crítica da economia política**. **Livro I – O processo de produção do capital**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. Edição, 2017.

_____ e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, Coleção A Obra Prima de Cada Autor, 2000.

MIGLIOLI, Jorge. **Dominação burguesa nas sociedades modernas**. Crítica Marxista. Campinas-SP. Unicamp. 2010. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo205Artigo1.pdf.

NEGRI, Antonio. **Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão: caderno de trabalho sobre os Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Autonomia Literária, 2016.

OPENAI. ChatGPT: versão GPT-4. Modelo de linguagem treinado por Inteligência Artificial. Disponível em: https://chat.openai.com/.

PAMPLONA, Rui Eduardo S. de Oliveira. **Artigo Expositivo I – Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx.** Blog Expedição Karl Marx: Para ler *O capital*. Disponível em https://expedicaokarlmarx.com.br/wp-content/uploads/2024/02/22BLOG1.pdf.

PAULANI, Leda. **Teoria do Valor. Curso *O capital* de Marx**. Curso Livre Marx e Engels. Videoaula 2. TV Boitempo. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=T9x0gFHuON4&t=1221s.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade**. Lisboa-Portugal: Editorial Estampa, 2ª edição, 1975.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora. 2001.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. **Marx, Proudhon e Darimon: diálogos sobre o dinheiro**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, Artigo, Revista Crítica Marxista, 2001. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03rober.pdf.

SAWAIA, Bader Burihan. **Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social?** Artigos. Psicol. Soc. 26 (spe2), 2014. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600002.

SIQUEIRA, Vinícius. **A dialética da produção e consumo — Karl Marx**. Portal Colunas Tortas. Disponível em https://colunastortas.com.br/producao-e-consumo-em-marx/.

SITE GAZ.WIKI. **Teorizando o valor dos produtos de trabalho.** Disponível em https://gaz.wiki/wiki/pt/Law_of_value.

SITE INFOPEDIA. **Relações Sociais**. Disponível em https://www.infopedia.pt/$relacoes-sociais.

SITE MAESTRO VIRTUALE. **Lógica formal**. Disponível em https://maestrovirtuale.com/lógica-formal-objeto-de-estudo-caracteristicas-e-exemplos/?expand_article=1.

SITE SÓ ESCOLA. **O que é lógica dialética na filosofia**. Disponível em https://www.soescola.com/glossario/o-que-e-lógica-dialetica-na-filosofia.

SITE WIKIPEDIA. **Adam Smith**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam_Smith.

_____. **Alfred Darimon**. Disponível em https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred_Darimon.

_____. **Classe social**. Disponível em https://pt.wikipedia. org/wiki/Classesocial.

_____. **Crise de 1857**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_de_1857.

_____. **Crise do capitalismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_capitalismo.

_____. **David Ricardo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/David_Ricardo.

_____. **Dialética**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Dial%C3%A9tica.

_____. **Dinheiro**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinheiro.

_____. **Divisão social do trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_social_do_trabalho.

_____. **Economia Clássica**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_c%C3%A1ssica.

_____. **Economia marxiana**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_marxiana.

_____. **Economia Neoclássica**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_neoc%C3%A1ssica.

_____. **Economia Política**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_po%C3%Adtica.

_____. **Economicismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economicismo.

_____.**Fetichismo da mercadoria**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Fetichismo_da_mercadoria.

_____. **Força de trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a_de_trabalho.

_____. **Forças produtivas**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_produtivas.

_____. **Friedrich Engels**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Engels.

_____. **História da Moeda**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda#Hist%C3%B3ria.

_____. **História do comunismo.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_comunismo.

_____. **Influências em Karl Marx**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/ Influ%C3%Aancias _em_ Karl _ Marx.

_____. **Infraestrutura e superestrutura**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Infraestrutura_e_superestrutura.

_____. **John Maynard Keynes**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes.

_____. **Lei de Say**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Say.

_____. **Lei do valor**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_valor.

_____. **Livre associação de produtores**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Livreassocia%C3% A7%C3%A3o (comunismo_e_anarquismo).

_____. **Luta de classes**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Luta_de_classes.

_____. **Mais-trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-trabalho.

_____. **Mais-valia (mais-valor)**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-valia.

_____. **Mão invisível**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A3o_invis%C3%ADvel.

_____. **Materialismo dialético**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_dial%C3%A9tico.

_____. **Materialismo histórico**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_hist%C3%B3rico.

_____. **Meios de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Meios_de_ produ %C3%A7% C3%A3o.

_____. **Mercado livre**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_livre.

_____. **Mercadoria no marxismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercadoria#No_marxismo.

_____. **Mercantilismo**. Disponível em https://pt.wikipedia .org/wiki/Mercantilismo.

_____. **Metodologia da Economia**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia_da_economia.

_____. **Modo de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Modo_de_produ% C3%A7% C3% A3o.

_____. **Modo de produção socialista**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mododeprodu%C3%A7%C3% A3osocialista.

_____. **Moeda fiduciária**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_fiduci%C3%A1ria.

_____. **Mutualismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo_(economia).

_____. **Neoliberalismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo.

_____. **Padrão ouro**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro.

_____.**Pierre-Joseph Proudhon**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon.

_____. **Moishe Postone**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moishe_Postone.

_____. **Práxis**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1xis.

_____. **Proletariado**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Proletariado.

_____. **Racionalização**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o.

_____. **Relações de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_de_produ%C3%A7%C3%A3o.

_____. **Revolução Industrial**. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Industrial_Revolution.

_____. **Segunda Revolução Industrial**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Revolu%C3%A7%C3% A3o_Industrial.

_____. **Socialismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo.

_____. **Socialismo democrático**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismocient% C3%Adfico.

_____. **Socialismo ricardiano**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo_ricardiano.

_____. **Socialismo utópico**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismout%C3%B3pico.

_____. **Sociedade comunista**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_comunista

_____. **Substância**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Subst%C3%A2ncia_(filosofia).

_____. **Taxa de exploração**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_explora%C3%A7%C3%A3o.

_____. **Teoria do valor-trabalho**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_valor-trabalho.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_Assalariado_e_Capital.

_____. **Valor de troca no marxismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_troca#:~:text=Para%20.º%20marxismo%2C%20valor%20de,desses%20produtos%20tenha%20sido%20.º.

_____. **Valor de uso**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_uso.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Volume I, Livro 1. São Paulo-SP: Editora Martins Fontes, 3ª ed., 2020.

SOBRAL, Fábio Maia. **Os Grundrisse de 1857-8 como Manifesto Social**. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Unicamp. 2008. Disponível em https://1library.org/article/a-rela%C3%A7%C3%A3o-geral-produ%C3%A7%C3%A3o-com-distribui%C3%A7%C3%A3o-troca-consumo.y863o55q.

VIEIRA, Pedro. **Os duvidosos fundamentos da economia política: o caso da mercadoria força de trabalho**. Disponível em http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A008.pdf.

WELLEN, Henrique. **1843-44: Marx e Engels e a rejeição filosófica e moral da economia política**. Revista Novos Rumos, v. 56 n.1, 2019, p. 1 e 2. Disponível em https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9049.

XIMENES, Olavo Antunes de Aguiar. **Aproximação à categoria de modo de produção nos Grundrisse (1857-1858) de Karl Marx**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2017. Disponível em https://1library.org/article/capital-constante-capital-vari%C3%A1vel-modo-produ%C3%A7%C3%A3o-capitalista-capital.qvpn1gdq.